

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de abril de 2025 às 07h56
Seleção de Notícias

MSN Notícias | BR

Patentes

Legisladores procuram obter do Comissário Europeu da Indústria esclarecimentos sobre a retirada de patentes	3
--	----------

O Globo | BR

03 de abril de 2025 | Patentes

Governo avalia como assegurar 'reciprocidade no comércio bilateral'	4
--	----------

ECONOMIA

03 de abril de 2025 | Propriedade Intelectual

Brasil deve reagir com serenidade a tarifa de Trump	6
--	----------

OPINIÃO O GLOBO | DESCONHECIDA

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Entidades lançam manifesto por atualização da Lei de Direitos Autorais	8
---	----------

MANOELLA SMITH

Legisladores procuram obter do Comissário Europeu da Indústria esclarecimentos sobre a retirada de patentes

Os legisladores da Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu exigiram que a Comissão Europeia clarificasse a sua intenção de retirar uma proposta sobre patentes essenciais normalizadas (PEN) antes de uma audição com o Comissário Europeu responsável, Stéphane Séjourné, a 23 de abril.

Vários políticos, incluindo a relatora Marion Walsmann (Alemanha/PPE), o presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos, Ilhan Kyuchyuk (Bulgária/Renew), e o eurodeputado Tiemo Wölken (Alemanha/S&D) escreveram à Comissão sobre a retirada da proposta, que foi uma surpresa para muitos.

Em abril de 2023, a Comissão publicou o seu plano para um regulamento sobre as SEP, que são **patentes** que protegem a tecnologia considerada essencial numa norma ou especificação técnica, utilizada na indústria automóvel, de energia inteligente e de pagamentos.

As regras tinham por objetivo melhorar a transparência e a previsibilidade do licenciamento das SEP, garantir a equidade e a eficiência do processo de licenciamento, limitar os custos que podem resultar de litígios e incentivar os titulares de **patentes** a criar produtos baseados nas mais recentes tecnologias normalizadas que beneficiarão as empresas e os consumidores.

O atual mercado está fragmentado, não existindo uma organização responsável por informar as empresas sobre quem detém as principais **patentes** e quanto pedem pela sua utilização. Este facto di-

ficulta às empresas o desenvolvimento de novos dispositivos que utilizem as tecnologias abrangidas por estas **patentes**.

O Parlamento Europeu já tinha adotado a sua posição negociada em 28 de fevereiro do ano passado (com 454 votos a favor, 83 contra e 78 abstenções).

Walsmann afirmou, na altura da votação em comissão, em janeiro de 2024, que "trará a tão necessária transparência a um sistema opaco, tornará as negociações mais justas e eficientes e reforçará a soberania tecnológica europeia".

No entanto, no início de fevereiro, o executivo da UE anunciou a intenção de eliminar o dossier, alegando que "não há acordo previsível", e que irá avaliar "se deve ser apresentada outra proposta ou se deve ser escolhido outro tipo de abordagem".

No Conselho da UE, os Estados-membros estão divididos quanto ao caminho a seguir relativamente às PEN. No dia 27 de março, um grupo de cinco países, incluindo a Alemanha, enviou uma carta à Presidência polaca pedindo a continuação das negociações no Conselho.

"A retirada do texto foi uma surpresa para nós", disse à Euronews um diplomata de um país que não assinou a carta mas que pretende prosseguir com as negociações. Estávamos a negociar um compromisso".

A Comissão Europeia tem até agosto para arquivar formalmente o dossier, depois de consultar os Estados-membros e o Parlamento Europeu.

Governo avalia como assegurar 'reciprocidade no comércio bilateral'

ECONOMIA



Poco Lamara aprova projeto da Lei de reciprocidade Econômica, que abre espaço para o país reagir em caso de alta de tarifas

País pode recorrer à OMC, embora entidade esteja esvaziada, e elevar tarifas de produtos importados dos Estados Unidos.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu por meio de uma nota quase três horas após o anúncio de Donald Trump. No texto, lamenta a decisão e diz avaliar possibilidades para "assegurar a reciprocidade no comércio bilateral".

"Ao mesmo tempo em que se mantém aberto ao aprofundamento do diálogo estabelecido ao longo das últimas semanas com o governo norte-americano para reverter as medidas anunciadas e contrarrestar seus efeitos nocivos o quanto antes, o governo brasileiro avalia todas as possibilidades de ação para assegurar a reciprocidade no comércio bilateral", diz.

A nota cita a possibilidade de recurso à Organização Mundial do Comércio (OMC), embora a entidade esteja esvaziada. Segundo o comunicado, o Brasil buscará, em consulta com o setor privado, defender os interesses dos produtores brasileiros junto ao governo americano.

MENOS ATINGIDO

O comunicado lembra, ainda, a aprovação do projeto de Lei da Reciprocidade Econômica. O texto passou ontem na Câmara depois de ter sido aprovado por 70 votos a zero no Senado, na véspera. A proposta, que vai à sanção de Lula, permitirá que o governo brasileiro adote medidas recíprocas em caso, por exemplo, de elevação de tarifas por outros países.

A prioridade para o governo brasileiro é chegar a um acordo com os americanos.

Caso não seja possível, o Brasil deverá recorrer à OMC e poderá elevar tarifas de produtos importados dos EUA, aumentar tributos sobre produções como filmes e musicais e até **quebrar** patentes de medicamentos. Auxiliares de Lula consideram que a tarifa de 10% sobre produtos brasileiros foi melhor do que se esperava. No entanto, a possibilidade de retaliação continua sobre a mesa. A orientação, neste momento, é avaliar os cenários decorrentes da aplicação da tarifa. Segundo um interlocutor do governo Lula, o Brasil foi menos atingido do que outros países, como a China, o Vietnã e a União Europeia, que serão taxados, respectivamente, em 34%, 46% e 20%. Mesmo assim, os negociadores brasileiros continuarão buscando um acordo com os EUA e mantêm no horizonte a possibilidade de retaliação a produtos e serviços americanos.

As manifestações da equipe econômica antes do anúncio de Trump foram de apreensão e preocupação.

- Não é fácil o momento que estamos vivendo. É um desafio global muito interessante. Todo mundo muito apreensivo. O dia de hoje é um dia muito particular que o mundo está vivendo - disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Continuação: Governo avalia como assegurar 'reciprocidade no comércio bilateral'

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que as medidas de Trump podem afetar a inflação mundial e, conseqüentemente, gerar uma retração econômica:

- São perdas de emprego, inflação.

Mais cedo, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, conversou com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer. O chanceler reforçou a negociação para um sistema de cotas para as compras americanas de aço e alumínio do Brasil. Equipes técnicas dos dois governos têm

feito reuniões virtuais semanalmente.

Nas trocas comerciais entre Brasil e Estados Unidos, os americanos têm vantagem. Os EUA acumularam um superávit de mais de US\$ 58 bilhões no comércio de bens e serviços com o Brasil de 2019 a 2024. O Brasil quer usar esses dados para negociar. O argumento é que a "alegação da necessidade de se restabelecer o equilíbrio e a "reciprocidade comercial" não refletem a realidade.

Brasil deve reagir com serenidade a tarifa de Trump

OPINIÃO O GLOBO

Opinião do GLOBO

Brasil deve reagir com serenidade a tarifaço de Trump

À primeira vista, o país foi poupado ao ser incluído na menor "tarifa recíproca" - mesmo assim, a imposição é injusta.

Donald Trump anunciou enfim seu tarifaço sobre importações. O anúncio marca uma inflexão na política comercial americana desde o fim da Segunda Guerra. Em vez de promover o livre-comércio, Trump aposta numa versão mercantilista de protecionismo, com a promessa de elevar investimentos na indústria e criar empregos. Sem dar ouvidos a quem avisa que as tarifas aumentarão a inflação e não resultarão no renascimento industrial prometido, ele deflagrou sua guerra comercial. É esperado - inevitável até - que haja retaliação.

À primeira vista, o Brasil parece ter ficado em posição confortável. As exportações brasileiras foram incluídas na menor "tarifa recíproca", 10% em média. Mesmo assim, foi uma imposição injusta, já que a balança comercial é favorável aos americanos. O déficit brasileiro em 2024 foi de US\$ 250 milhões, em trocas de R\$ 81 bilhões. Esse déficit fica ainda maior incluindo a balança de serviços, cujo resultado foi de US\$ 3,8 bilhões negativos em 2023 (para transações de US\$ 26 bilhões). Em termos comparativos, o Brasil não depende tanto de vendas aos Estados Unidos,

terceiro mercado para nossas exportações (12% do total, ou 1,7% do PIB). Uma análise atenta, porém, revela uma realidade mais complexa.

O mercado americano tem sido o principal destino

das vendas industriais brasileiras. Bens de maior intensidade tecnológica responderam por 28% das exportações, o dobro da média para outros países. Para segmentos da indústria, o tarifaço de Trump trará dor de cabeça. Sem falar nos riscos intrínsecos à guerra comercial global, como o desvio para o Brasil de mercadorias destinadas aos americanos, com reflexos sobre câmbio, inflação e juros.

O que fazer? É possível que Trump esteja disposto a negociar. Se a Organização Mundial do Comércio (OMC) perdeu relevância, a solução é estreitar contatos bilaterais. A tarifa média que incide sobre importações brasileiras de produtos americanos é estimada em 12,4%, bem acima dos 2,7% que os americanos pagavam sobre produtos brasileiros. Carros pagam 35% de tarifa aqui, e Trump impôs 25% lá. O etanol americano paga 18%. Para não falar em eletrônicos ou manufaturados. A economia brasileira é uma das mais fechadas, e há uma oportunidade para

reduzir tarifas, de modo a obter concessões americanas. Além de facilitar o acesso ao mercado dos Estados Unidos, a medida beneficiaria o consumidor brasileiro com importados mais baratos. Caso a estratégia fracasse, será preciso buscar mercados alternativos.

"O governo brasileiro avalia todas as possibilidades de ação para assegurar a reciprocidade no comércio bilateral", afirmou o Itamaraty em nota. Sem acordo, o Brasil deve buscar o entendimento. Se Trump se mostrar irredutível, há armas para retaliar. O Senado aprovou um Projeto de Lei que dá mais musculatura para o governo nas negociações, ao impor reciprocidade de regras ambientais e comerciais (o texto será examinado pela Câmara). Um dos pon-

Continuação: Brasil deve reagir com serenidade a tarifa de Trump

tos mais relevantes é autorizar retaliação na área de **propriedade** intelectual, atingindo setores como música, cinema, software e indústria farmacêutica. Tal estratégia já deu certo no passado: uma disputa com os Estados Unidos sobre algodão foi resolvida depois que o Brasil, autorizado pela OMC, impôs tarifas sobre **direitos** autorais. Desta vez, o ideal é não chegar a

tal ponto. Mas é crucial estar preparado para elevar o tom se necessário.

Entidades lançam manifesto por atualização da Lei de Direitos Autorais



Wikimedia Brasil e Coalizão Direitos na Rede estão entre as signatárias

Um grupo de nove organizações da sociedade civil, incluindo a Wikimedia Brasil e a Coalizão Direitos na Rede (CDR), vai lançar um manifesto pela atualização da Lei de **Direitos** Autorais (LDA).

O documento defende que a legislação acompanhe as mudanças da era digital, "equilibrando a proteção dos direitos dos criadores com o direito da sociedade ao acesso à cultura, à ciência e à informação".

Pesquisas mostram que, ironicamente, IA pode ter deixado postos de trabalho do setor de tecnologia mais vulneráveis que outros

-

O texto diz ainda que a legislação está desatualizada. "A atual LDA, da forma como é aplicada, restringe o acesso ao conhecimento e coloca o Brasil em desvantagem no cenário global", diz o vice-presidente da Wikimedia Brasil e integrante da Coalizão Direitos na Rede, Chico Venâncio.

"Precisamos de uma legislação que proteja os autores, mas que também garanta à sociedade o direito à informação, fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural."

O manifesto faz parte da campanha "ConhecimentoÉDi reito", da Wikimedia Brasil e da CDR.

OLHAR

O jornalista e fotógrafo Hélio Campos Mello recebeu convidados na abertura da exposição "Discretas Janelas" no Bar Balcão, em São Paulo, na segunda-feira (31). O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o empresário Antoninho Trevisan e o arquiteto Pedro Mendes da Rocha estiveram lá.

com KARINA MATIAS, LAURA INTRIERI e MANOELLA SMITH

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 4

Propriedade Intelectual

6

Direitos Autorais

6, 8